



DECORRÊNCIAS DO EFEITO NORMATIVO NA LEITURA DE IMAGENS

RESULTS FROM THE NORMATIVE EFFECT ON IMAGE READING

Prof. Dr. Luciano Marra¹

RESUMO – A pesquisa revela a origem do erro de julgamento após a apreensão de imagens divulgadas por canais midiáticos de amplo alcance. Fez a conciliação entre a liberdade ontológica da consciência, teoria esquematizada pela fenomenologia francesa, com Sartre e Merleau-Ponty, coadunada com o efeito na produção de estratos sociais por meio da indústria cultural, referência direta a Adorno. A proposta, em termos de saber acumulado, revelou que os desvios se originam precisamente nos casos das regularidades forjadas por objetos culturais. As imagens, como são objetos evocativos por artifício, requisitam informações do imaginário de quem as percebe para ganhar sentido e, como também não são eventos naturais, são de ordem mítica, narrativas fictícias onde há uma defasagem informacional entre signo e significado, alcançam induzir a erro. Para ilustrar, foram selecionados três casos emblemáticos, o caso dos truques infantis de mágica com luzes, o caso do concurso por semelhança, em que a cantora *Dolly Parton* perdeu para terceiros e um caso de racismo recente sobre o Papai Noel branco. Deduzimos que a maioria dos equívocos de

percepção envolve a passagem do universo descritivo para o normativo, principalmente durante a apreensão particular de objetos culturais, onde o efeito normativo permite a infiltração do equívoco para reprodução ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: imagem; percepção; semiótica; indústria cultural; fenomenologia.

ABSTRACT – The research reveals the origin of multiple mistakes after the apprehension of images spread by media channels. That employed the ontological freedom of consciousness, like a theory proposed by French phenomenology, with Sartre and Merleau-Ponty, combined with the produced effect by cultural industry, a direct reference to Adorno. The proposal revealed that deviations originate in cases of regularities from cultural objects. The images, as they are evocative objects by artifice, require information from the imagination of those who perceive them in order to get meaning. As they are not natural events, they are of a mythical order,



and because are an informational gap between sign and meaning, they manage to induce mistakes. To illustrate, three emblematic cases were selected: the case of children's tricks with lights, the case of the similarity contest, in which the singer Dolly Parton was defeated, and a case of racism: Santa Claus is white. We deduced that most perception mistakes involve the passage

Introdução

Sem nos debruçarmos sobre a Antiguidade Clássica, não se trata de esgotar assunto vastíssimo no âmbito da epistemologia, é preciso, ao menos para restringir nosso assunto dentro do tema da percepção de imagens, recordar a saída aristotélica em defesa da possibilidade mesma do conhecimento. Adianta-se, diferentemente de seu antecessor, Platão, Aristóteles não recusa a observação direta das coisas do mundo ao reconhecer a visão como sentido capital para qualquer pensador. Deste modo, pretendeu blindar seu tratado contra ataques cétricos partidos especialmente dos sofistas mais radicais. Para ele, grosso modo, a visão seria a fonte primária do conhecimento, seu ponto de partida; já a demonstração, seu lastro de certeza. Em função do nosso recorte teórico, não entraremos no mérito dessa disputa, o que nos forçaria ao recuo desnecessário até Parmênides. Somente aproveitaremos o argumento aristotélico para esclarecer o percurso do conhecimento até o efeito normativo e seus desdobramentos durante e após o ato de

from the descriptive to the normative sentence, mainly during the particular apprehension of cultural objects, where the normative effect allows the infiltration of the mistake for ideological reproduction.

KEYWORDS: image; perception; semiotic; cultural industry; phenomenology.

leitura das imagens massivamente difundidas por canais de largo alcance.

Da importância da visão na busca por conhecer o mundo, saltando já para debaixo do tema adorniano contemporâneo, indústria cultural, o fenômeno aqui tratado receberá a noção genérica – *efeito normativo* concomitante à leitura de imagens. Adotamos a noção *ler imagens* no lugar de *ver imagens* dada a diferença intencional dos autores de cada peça divulgada, se comparados à intenção dos artistas, também produtores de imagens. Artistas, em geral, visam à singularidade, almejam perdurar no tempo e provocar o deleite duradouro em sua audiência. Já a imagem produzida pela indústria midiática, em boa medida, propõe gerar um efeito persuasivo não encontrável, por regra, nas artes: fidelizar clientes, manter a marca no imaginário coletivo, aumentar vendas, gerar valor e reforçar interesses de classe. Por isso mesmo diz-se que há uma leitura destas imagens. Para confirmar o aspecto mencionado _ leitura _ basta lembrar que, não raro, tais imagens são acompanhadas de assinatura com a intenção de reforçar a mensagem icônica: *Just do It*, *Sempre com Você*, *Não Solta as Tiras*, *Tão Bonitinho* etc., frases conhecidas



pelo estrangeirismo _ *slogan*, por isso o destaque para *ler imagens* e não apenas vê-las, dada essa intenção persuasiva típica da última fonte.

Retomando o percurso do conhecimento, a sequência teórica se dará desta forma: esclarecimento sobre a busca natural do saber, a percepção dos fenômenos de modo geral, _ para tanto retomaremos trabalhos de fenomenologia e semiótica divulgados anteriormente¹, _ a problematização das regularidades apreendidas do mundo fenomênico e a normatização e seus desdobramentos deduzidos a partir destes mesmos fatos apreendidos, dentro dos quais estão as imagens difundidas em larga escala, seja por parte de agências publicitárias, seja por meio de agências de cunho jornalístico. Na etapa final, ao longo do processo para a produção de conhecimento, resta explicar como é possível o erro, a discrepância, ou, em termos semióticos, a produção de ruído no ato mesmo da apreensão de fenômenos elementares. Dentro dos quais destacam-se os atos do dia a dia, tal como ver fotos na internet, folhear revistas antigas, assistir à propaganda antes da atração televisiva, observar *outdoors* na estrada, comparar peças publicitárias etc. Para que a pesquisa não incorra em excesso formalista, analisaremos, a título de exemplo, pequena amostra de casos concretos para só depois arrematar o trabalho.

¹ MARRA, Luciano. **A diferença persuasiva entre imagens e textos**. Dissertação de Mestrado, Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

Método

O ponto de partida adotado, após ceder importância à visão como sentido principal para investigar o mundo, toma de empréstimo as noções da fenomenologia francesa. Nesta, tanto para Sartre quanto para Merleau-Ponty, a consciência é considerada uma intencionalidade voltada para o mundo, uma intencionalidade que somente sabe de si quando esbarra num fenômeno particular das coisas do mundo. Tal movimento da psiquê é descrito e sintetizado pelos conceitos de *ser* e *nada*. Noutros termos, em um único movimento da consciência, temos ambos os polos em atrito e, ao fim, o objeto percebido encontra-se aparentemente indexado ao sujeito. Ela, a que se sabe quando em contato com o mundo; outro, a coisa, aquela que se ignora. Ilustremos, tenho consciência de uma pedra, mas a pedra tem por essência não saber de si, ignorar-se, embora seja ela a responsável por revelar a consciência. Retomando, nossa consciência só sabe de si quando esbarra em alguma coisa do mundo, este, por seu turno, tem por essência ignorar-se. Esquemáticamente: tenho consciência de pedra, naquele instante sou consciência-de-pedra, mas a pedra não sabe de si.

Com esse acervo teórico contemporâneo, nada mais do que o emprego da fenomenologia francesa, retomamos a busca pelo conhecimento

idem. **A Mercantilização humana através das imagens**. Tese de Doutorado, idem. 2016.



descrita por Aristóteles na abertura da **Metafísica**:

Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer: prova disso é o prazer das sensações, pois, fora até de sua utilidade, elas nos agradam por si mesmas e, mais que todas as outras, as visuais. Com efeito, não só para agir, mas até quando não nos propomos operar coisa alguma, preferimos, por assim dizer, a visão aos demais. O motivo é que ela é, de todos os sentidos, o que melhor nos faz conhecer as coisas e mais diferenças descobre. (ARISTÓTELES, 1973, p.211)

Sumário modo, até o momento temos um sujeito naturalmente curioso dotado de um aparato subjetivo voltado para o mundo que se ignora. Denominamos consciência o movimento essencialmente intencional que só sabe de si ao esbarrar naquilo que se lhe apresenta, ou seja, que passa por seu aparato sensorial: visão, audição, tato, olfato e paladar. Com tal habilidade, tanto abstrata quanto psicomotora, _ não há aqui a moderna separação prévia entre corpo e mente, trata-se de uma e mesma coisa, _ este mesmo sujeito parte em busca de tornar o mundo ao qual está inserido, de modo contingente, previsível. Ora, o que se apresenta de modo esporádico ou eventual não se torna problema imediato ao intelecto, dado seu caráter de imprevisibilidade, de aleatoriedade. O que nos chama atenção no cenário a ser conhecido, ou melhor, fomenta nossa curiosidade natural são as regularidades deste mesmo mundo. Por exemplo, um

bebê, ao ouvir o apito de um brinquedo chamado língua-de-sogra, usado apenas em festinhas de aniversário, detém sua atenção naquele instante, no instante do estímulo sonoro agudo. Porém, caso esse som apenas se repita na festa do outro aniversário, obviamente com um vasto prazo de 365 dias, lapso enorme em termos de memória para uma criança, o som não se tornará familiar, o som não fará parte de seu aparato mnemônico ainda em formação, isto é, não será retido como fenômeno parcialmente conhecido. Caso o ouça novamente, novamente se assustará com o barulho.

Mudando o panorama, supondo que a mesma criança, ao brincar com um boneco de plástico, perca a pegada a ponto de o objeto cair no colchão do berço. Desse modo, ela repetirá a experiência uma, duas, três... várias e várias vezes dada a regularidade do fenômeno. Da repetição, provirá algum conhecimento a respeito do ato de pegada. Isso até que a criança, embora não tenha habilidade para verbalizar sua proeza, saiba e tenha certeza sobre aquele conhecimento adquirido: quando a pegada falha, o objeto se desloca para baixo. Com isso o mundo vai passo a passo se tornando familiar, menos assustador, conforme o desejo natural de conhecimento defendido por Aristóteles. A descrição flagra o percurso em que as habilidades abstratas da criança permitem certa previsibilidade sobre a miríade de novos fenômenos que lhe passam pelos sentidos. Mais crescida, ao ser dotada de vocabulário, denominará tal previsibilidade com termos



mais específicos, por exemplo, causa e efeito.

Ainda sobre a mesma criança, ela, ao dar início às investidas sobre os arredores, encontra, com grande espanto e curiosidade, aquelas regularidades. Como já dito. Diferentemente de fenômenos episódicos, ela descobre que as regularidades permitem alguma previsão tão cara aos epicuristas, pois permite prever se o resultado de alguma experiência é agradável ou ameaçador, produz prazer ou dor, remete ao conforto ou ao infortúnio. Aprende, por exemplo, que se passar a mão no tecido antes da toalha tocar todo seu corpinho pode evitar ser arranhado pela aspereza da malha ao emitir um choro de alerta aos pais. Grosso modo, aqui já esboçamos um percurso da consciência em fase de desenvolvimento: curiosidade, intencionalidade, regularidade, sensação e valoração da experiência parcialmente retida na memória e parcialmente previsível.

Durante esta fase, a distância e a diferença entre o existir das coisas e o existir humano tornam-se mais evidentes. O homem, ao explorar o mundo com essa intencionalidade imanente, passa literalmente a *ex-sistir* (com o prefixo *ex* insinuando o afastamento e a distinção entre seu íntimo e o mundo). A formação e o reconhecimento desse âmbito íntimo é o que Freud denominou ego. O movimento assim se resume: consciência de alguma coisa no espaço, consciência de cadeira e simultaneamente a intuição de que há um *eu* diferente da cadeira que é percebida. Para cada conhecimento sobre o mundo, há uma

confirmação e afirmação equivalente desse *eu*, ou seja, de que o mundo aparece *para-um-mim*, eu sou o *mim* que esbarra nas coisas do mundo. Isso traz sérias implicações para nosso existir pois, de acordo com a teoria proposta, a subjetividade se desenvolve em detrimento do mundo, em atrito com o mundo. Não custa lembrar o óbvio, passamos todos pelo desconforto primeiro que nos leva ao choro. Basta lembrar que é com a entrada de um elemento brutal pela via respiratória que tomamos o primeiro susto do que seja viver _ se pudéssemos ler o pensamento de um recém-nascido, provavelmente teríamos: _ *voilà*, estou vivo e isso dói, é assustador.

Para uma primeira digressão, apresentamos, então, o aparato cognitivo: sua curiosidade inata, sua forma primitiva de saber sobre os fenômenos que o cercam e como podemos esclarecer tal percurso lançando mão da fenomenologia francesa, especialmente o existencialismo de Sartre e Merleau-Ponty. Resta, para a sequência, o aprofundamento sobre as estruturas psíquicas em desenvolvimento, explicar como se dá o conhecimento formal e o espontâneo, como de fato opera nossa percepção para assim fazer a distinção entre perceber objetos naturais e perceber objetos culturais. Só desse modo poderemos distinguir e esclarecer o que acontece e como se dá a diferença nas expectativas de quem observa um prato na imagem do cardápio em relação ao prato real, o que há de essencialmente diferente entre ambas as percepções e como elas podem nos ajudar na previsibilidade de fenômenos futuros ou



nos fazer incorrer em erro de julgamento. Com isto em vista, podemos finalmente caminhar para o efeito normativo no ato mesmo da apreensão dos fenômenos. Poderemos explicar como em nosso imaginário ocorre a passagem *das coisas como são* para a classe das coisas como *deveriam ser*. Qual o movimento psíquico que opera este salto capaz de, já em termos semióticos, gerar ruído na apreensão de objetos culturais, objetos produzidos por artifício. No caso de o investigador ser um pesquisador, de como uma percepção pode produzir falácias ou discrepâncias ao sair do mundo das *coisas como são* para as *coisas como deveriam ser*, do campo descritivo para o normativo. É o que segue em linguagem mais aprofundada.

Perceber o mundo, perceber imagens

Uma vez mais o exemplo da criança. Digamos assim, o aparecer do mundo é um movimento de apreensão de fenômenos sempre no presente, onde são encontrados dois fluxos básicos de informação, informação aqui empregada em sentido lato. São eles, não necessariamente nesta ou em qualquer ordem, o fluxo de informação do objeto para a consciência e do corpo para o objeto. No primeiro, basicamente com a aplicação dos sentidos em estado saudável, apreendemos as qualidades sensoriais: cor, textura, cheiro, gosto, harmonia, intensidade, contraste, vibração, temperatura, altura, largura, comprimento, ou seja, tudo o que permite formatar informações para identificá-lo, donde o caráter evocativo dos objetos percebidos. É

bem esse movimento o que permite a síntese de suas qualidades decifradas ou apreendidas pelo aparato sensorial humano, e isso, segundo Sartre, é suficiente para excluir do caminho do conhecimento o clássico dualismo exterior-interior, já que “(...) a aparência remete à série total das aparências e não a uma realidade oculta que drenasse para si todo o ser do existente” (SARTRE, 1997, p.15).

O segundo movimento, em termos semióticos, tem esse teor evocativo e pode ser considerado como partindo da mente-corpo para o objeto, já que ela deposita, ou melhor, indexa informação ao objeto que está fora dela, com a função principal de torna-lo familiar. O objeto alvo, uma vez iluminado por uma consciência histórica, particular, _ João tem consciência de uma cadeira na sala de aula _ pode ser considerado um objeto cultural, em razão de haver previamente preparadas para ele, por convenção e a nós transmitidas e “guardadas” na memória desde a infância, várias e várias camadas de informação. Retomando, no momento em que, já adultos, percebemos uma cadeira, somos capazes de associar consciente ou inconscientemente um sem número de informações a respeito dela, inclusive seu nome: cadeira. Somos capazes de num só lance associar função: objeto para repousar o corpo; valor: custa trinta horas de trabalho não qualificado; propriedade: pessoas têm a posse do objeto protegidas por um código civil, quase sempre há um dono zelando por eles; juízo estético: feia, antiga, na moda etc. Essas informações não estão nela, estão no



nosso imaginário, como repertório *do mim* para o mundo. Elas fazem parte de nossas convenções que são nosso aprendizado cultural sobre o espaço que nos cerca e que, pessoalmente, também formam nosso campo de memória, campo relativo, não uniforme e absolutamente particular, daí dizer que somos *in-divíduo*. Praticamente são formadores de nossa unicidade, de nossa individualidade, de nossa personalidade. As informações adquiridas para uso relacional formam, tentando ser mais completo, nossa identidade móvel e cumulativa como sujeitos sociais, tão específicas que podem ganhar nome próprio, *— eu sou o João da Silva Magnânimo e mais ninguém*.

Obviamente, nós não nascemos sabendo o que é uma cadeira, a apreensão do objeto sintetizado como tal não acontece de uma hora para outra nem se entrega totalmente nas primeiras experiências de contato. Durante a infância, quando nossa capacidade de conceituação ainda é muito pobre, isto em razão de nossa incipiência e consequente escassa memória, que é nosso manancial íntimo sobre o qual pousará também a consciência, apenas apreendemos um objeto com certas características acessíveis a nosso aparato sensível: objeto duro, escuro, talvez contundente e acompanhado de um sem número de objetos ao redor, com características semelhantes e misturadas. Nesta fase, que Piaget denominou assimilação, o cenário onde estamos situados e para onde miramos nosso aparato perceptivo é basicamente caótico. Crianças choram muito, se assustam muito em razão de não saber o que

esperar dos objetos. Somente com o decurso do tempo, depois de constantes e renovadas experiências, algumas até dolorosas, enfiar o dedo na tomada, por exemplo, amadurecendo nosso aparato cognitivo, armazenando informação e recebendo informações de outros indivíduos de nosso convívio, *— pais, irmãos, colegas, tutores etc.* *—* é que o objeto duro e misturado a uma infinidade de outras informações caóticas vindas desse ambiente ganha sua unidade. O objeto-coisa, independentemente dele próprio, adquire, assim, uma utilidade, um formato, um nome específico, uma medida, uma duração e tudo mais. Por isso a massa dura, escura e amorfa, com o passar do tempo, sendo aquele indivíduo normal, ganha a identificação “cadeira”. Diz-se que um corpo perceptivo é considerado anormal justamente por subverter o funcionamento na atribuição de significado ao objeto percebido, por exemplo, se o paciente indexa o predicado ameaçador a um objeto corriqueiramente inofensivo, como nas fobias, diz-se que seu comportamento é anormal, dentro de um parâmetro social e não dentro de um parâmetro essencial ou ontológico. O medo de palhaço, coulrofobia, não está no objeto, mas no acervo construído pelo indivíduo ao longo de seu percurso cognitivo para se relacionar com o objeto *palhaço*.



Em suma, são dois os movimentos de **apreensão**² do real: **percepção**, uso conjuminado de nosso aparato sensível para se relacionar com aquilo que existe independentemente de nós mesmos. Segundo, **concepção**: indexação de conteúdo ao fenômeno apreendido a fim de que tenha sentido para nós. A concepção, portanto, é consciência de gestos corporais que não estão no mundo físico tridimensional, o gesto corporal é a capacidade de representar o passado assimilado através da consciência. Por exemplo, meu dedo aponta a cadeira; meu ego é a consciência de cadeira neste exato instante em que há uma cadeira e um *mim* para o qual ela aparece. Daí dizer que nossa relação com o real não é dialética, pois a relação formalizada por esse conceito anularia as diferenças quanti e qualitativas no teor empregado por cada indivíduo em particular para dar sentido a seu próprio mundo. Caso contrário, seríamos muito mais parecidos uns com os outros, muito mais pacíficos, mais concordantes, o que é facilmente refutado por nossa História, praticamente uma história de desacordo e sangue. Em particular, refutado também pela diferença na personalidade de gêmeos idênticos, criados no mesmo ambiente social e com a mesma carga genética, no entanto, diferentes. A figura que mais bem descreve esta relação orgânica com o real é, portanto, a imagem de **devoração**. Noção próxima daquela trabalhada pelo brasileiro

Norval Baitello e por Flusser: processo contínuo, íntimo, particular e vital de assimilação, digestão, descarte e retenção daquilo em que a consciência esbarra, recortando-a do real, tornando-nos muito mais únicos, singulares, diferentes uns dos outros do que suporia um conceito logicamente formal.

Ante o exposto, já podemos resumir: até então temos uma consciência curiosa, assim conforme Aristóteles, em busca de conhecimento. Esta intencionalidade, tal como apregoam os existencialistas, ao esbarrar nas coisas do mundo, tanto recolhe informação das coisas por meio do aparato sensorial, quanto recolhe informações de si próprio na tentativa de atribuir sentido para o que passou pelos sentidos, movimento denominado concepção. A partir desses movimentos passo a conhecer meus arredores, processo de assimilação. Esclarecidas as estruturas psíquicas envolvidas na apreensão de fenômenos, passemos a analisar o próprio conhecimento, onde inevitavelmente se impõe o juízo.

Conhecer

Durante o processo de *devoração*, após o qual colhi algumas informações, descartei outras tantas, como podemos dizer que essas informações são verdadeiras? Como dizer eu sei, como dizer isto é verdadeiro, isto é falso? Isto é absolutamente verdadeiro, isto é relativamente verdadeiro

² Tema exaustivamente tratado na dissertação de mestrado: A diferença persuasiva entre imagens e textos, *ibidem*.



e assim por diante. Ora, segundo os antigos, há três linhas básicas que orientam o pensamento. Primeiramente a linha platônica ou idealista, segundo a qual a verdade estaria no conceito, na ideia (*eidos*). Segundo Platão, os sentidos (*aesthesè*) nos enganam, por exemplo, o sentido nos diz que nossa mão é maior do que o sol. Para desfazer esse engano, necessitamos do entendimento. Somente a contemplação do conceito indubitável é capaz de afastar o véu que esconde a essência das coisas (*aletheia*). A imagem seria uma contrafação, um simulacro do real, um afastamento da verdade, um vislumbre ou fantasmagoria relativa a seu significado verdadeiro, que está no imaginário, na alma ou mente. Portanto, para o ateniense, os sentidos nos afastam da verdade, não é ele a fonte fidedigna e confiável para se conhecer algo. Nessa direção, a verdade se denomina *aletheia*, mito referente ao rio Lethos, o rio do esquecimento. Neste mito, almas imortais retornariam pelo processo de reencarnação, mas antes passariam pelo rio do esquecimento, as mais prudentes, apesar do calor, passariam rápido pelo rio e já nasceriam mais sábias. Conhecer, então, seria lembrar a verdade oculta, tirar o véu primordial para descobrir a essência das coisas embaralhadas pelos sentidos. Ainda na mesma direção, teoria significaria contemplar a verdade encontrada ao nos desfazermos dos enganos provenientes do uso dos sentidos. Minha mão *parece* maior do que o sol, mas *eu sei*, eu entendo que isso não é verdade.

Aristóteles, aluno mais destacado de Platão, mesmo sendo de Estagira, portanto um estrangeiro na movimentada Atenas, não descarta a visão como fonte primária do conhecimento. Para ele, o engano se daria por outra fonte. Ao contrário de seu professor, afirma que os sentidos são a base para a verdade, embora o mais comum seja que nos confunda realmente. Em parte, ele concorda que na maioria dos casos o sentido nos afaste da verdade para produzir mera opinião (*doxa*). A função da alma racional seria justamente examinar as coisas para saber distinguir a opinião geral (*doxas broteias*), da verdade (*aletheia*). O homem aplica a percepção, os sentidos no mundo, e dele obtém opiniões. O processo de lidar com particularidades infinitas do mundo se denomina indução. Vejo um objeto, nomeio o objeto, por exemplo, cavalo. Os bons concordam com o nome, a partir disso se busca separar o que neste objeto seja particular do que seja universal. Noto que entre os cavalos todos têm quatro patas, anoto tal informação e levo para a praça ou escola a fim de discuti-la com meus pares. E assim se parte do que há de mais genérico para o mais específico, até que se encontre a essência do que fora percebido e nomeado: “eis um cavalo, o que é um cavalo?”. Uma opinião é discutida e os pares concordam com algumas, outras são descartadas até que se produzam consensos. O consenso em torno de uma afirmação é o que lhe concede o *status* de premissa primária.

Um clássico exemplar sobre premissas é esta: o homem é um animal racional. Tal



afirmação só pode ser apreendida por intuição e experiência, ela não é demonstrativa, o acordo se dá em função de sua obviedade fenomênica – os homens deliberam, outros animais não. Um fato, na teoria aristotélica, só pode ser algo não controverso, percebido por pessoas normais ou pensadores de boa-fé, aqui os céticos ficam de fora por causa da reiterada dúvida metódica. Se concordam que o homem é um animal racional, ela passa a valer como premissa primária. O conhecimento da verdade pode agora encontrar sua formulação, a saber, a demonstração. Demonstrar é expor com um silogismo a convicção de um fato. *Todo animal é mortal, Sócrates é homem, portanto animal, logo Sócrates é mortal.* Neste passo, Aristóteles torna um raciocínio dependente da verdade das premissas, que só podem ser verificadas pelos sentidos. Sem esquecer que um fato só é considerado fato com o acordo dos melhores. E foi bem esta a base para o conhecimento a se consolidar na denominada cultura ocidental, isso depois do Iluminismo.

A terceira linha de pensamento, a linha cética, considera problemáticas as duas posições anteriores. Primeiramente, um acordo formador de consenso não passa disso mesmo, um acordo que tanto poderia ser em torno da afirmação quanto da negação do que quer que seja. Segundo eles, é com isso que se fundam religiões. O consenso em torno da existência de deuses não lhes garante a verdade de sua existência. O consenso em torno de um nome é apenas sugestivo, não é essencial, já que os bárbaros

nomeiam as mesmas coisas com outros nomes. Tal desacordo tem implicações consideráveis sobre a noção de teoria. Para os pirrônicos, teoria é dizer algo sobre o fenômeno, dizer aquilo que aparece a alguém de modo particular. Desse modo, há infinitos modos de dizer a mesma coisa. Basta lembrar da crônica de Machado de Assis em que várias linhas da literatura descrevem um acidente de carruagem. Nela, cada descrição permite uma interpretação diferente, cada qual com um sentido diverso da outra. Além disso, os sentidos, segundo eles, não são confiáveis, um sujeito enfermo acha o mel amargo, o que normalmente é doce. Com icterícia, todas as cores do mundo se transformam. Para um guerreiro cansado, o perto é longe e assim por diante. Pirro, que viajou com Alexandre Magno, foi testemunha da variedade de costumes. Recordemos uma passagem sobre Dario, rei da Pérsia, sobre variedade cultural, diferenças e tolerância cabível.

Quando os gregos esboçaram uma globalização após algumas vitórias em guerra, flertaram também com a ideia de verdade universal no âmbito ético, o que incluía a possibilidade de um costume ser mais conforme à virtude, ou seja, superior aos demais. Ao apresentarem tal ideia a Dario, ele chamou um grupo grego e perguntou por quanto estariam dispostos a comer os pais depois de mortos – "que absurdo, por tesouro nenhum, nós os queimamos na pira sagrada!". Depois levou o mesmo grupo grego aos Calátias e perguntou a estes últimos por quanto dinheiro estariam dispostos a queimar os



pais mortos _ "que absurdo, por dinheiro nenhum, nós os comemos num banquete sagrado". A variedade dos costumes tornou-se, depois do helenismo, uma figura do imaginário humano, ponto que dificultaria ainda mais uma opção pela verdade para todos, universal e atemporal como queriam Platão e Aristóteles.

Quanto à força demonstrativa do silogismo aristotélico, segundo a mesma linha cética, um silogismo não garante verdade porque depende da verdade das premissas, que dependem da verdade dos sentidos, que são enganosos, produzem somente opiniões ou impressões tal como Aristóteles rejeita. Ademais, a discussão sobre fatos pode facilmente ser conduzida ao infinito, estratégia cética denominada *diafonia*. Segundo estes, os debates em praça pública são exemplos da própria *diafonia*, discussão sem fim, onde aquele que persuadir o maior número da audiência é aclamado vencedor. Em letras atuais, o professor Porchat³ alega o mesmo sobre a pesquisa acadêmica: choque sem fim entre teorias contraditórias, também uma *diafonia*.

Ainda que as linhas de pensamento discordem quanto a critérios de verdade e produção de conhecimento, o anseio por tornar a natureza previsível não se esgotou, a própria ideia de modernidade, progresso, avanço etc. depende disso. Com o advento do Renascimento, orgulho da razão, e do Iluminismo, a razão é independente, tudo pode conhecer e nada deve a outros campos

humanos, a forma de pensar por causa e efeito ganhou força histórica e o conhecimento produziu mais conforto e mais domínio sobre as forças ameaçadoras da natureza. Mesmo que se recusem denominar a isto progresso, dado a destruição decorrente na posse dos elementos do mundo: crise climática, energia nuclear, guerra em larga escala, concentração da riqueza, contaminação, destruição, extermínio de espécies e mais. O ponto evidente é que nossa tradição manteve e alterou em alguma medida o anseio aristotélico para produzir verdade.

As regularidades no mundo ainda são buscadas, embora não seja possível a totalização do conhecimento via demonstração. O curso permanece na base: premissas apreendidas por intuição e o conhecimento no sentido mais forte do termo se daria por meio da demonstração. Por exemplo, não se sabe a causa última da existência da gravidade, uma questão metafísica. No entanto, por experiências particulares, desde criança, por meio da indução, é possível reconhecê-la durante o movimento dos corpos, uma, duas, três... sempre. Até que se diga com certeza: "há uma força puxando os objetos para baixo". Nos livros didáticos, ainda hoje, a experiência mais corriqueira trata de objetos escorrendo por um plano inclinado. Ilustram assim: testam a frequência da ocorrência, uma, duas, três... até a abstração a partir dos casos particulares, ou seja, por

³ Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da UNICAMP, e fundador do Departamento de

Filosofia da UNICAMP e do CLE, tinha-se por neopirrônico.



indução, como já dito, tem-se por certo ao testemunhar casos particulares que um objeto solto de uma plataforma inclinada sempre escorre para baixo, fenômeno calculado e registrado nos livros.

A partir desse consenso entre os bons, pode-se demonstrar tal veracidade, e com isso matematizar, ou medir, ou mensurar a experiência. Sedimenta-se o método, experiências são trocadas com pessoas envolvidas com a mesma base, discutem o percurso de reprodução da experiência primária e consolidam-no na História como paradigma científico, que poderá ser questionado por outros que não pactuam da mesma base teórica. Não custa lembrar que até hoje se discute a natureza da luz, uns a aproximam de matéria, outros de energia, alguns a definem por fótons, outros discordam sobre a natureza do fóton e assim por diante. Do que se extrai daí é que o conhecimento, mesmo *diafônico*, como queriam os cétricos, não cessa de acrescentar paradigmas e fazê-los chocar uns contra outros. Ninguém melhor do que Popper para simplificar e resumir o método científico moderno:

Creio que o método de testar criticamente as teorias e de selecioná-las conforme os resultados desses testes sempre se desenrola como se segue. A partir de uma ideia nova, enunciada de modo provisório e ainda não justificada – uma antecipação, uma hipótese, um sistema teórico ou seja lá o que for, extraem-se conclusões por meio da dedução lógica. Em seguida, essas conclusões são comparadas entre si e com outros enunciados pertinentes,

tendo em vista descobrir quais as relações lógicas existem entre elas (como equivalência, derivabilidade, compatibilidade ou incompatibilidade). (POPPER. 2010, p.133)

Levando-se em conta que as ciências naturais antecipam fenômenos muito mais evidentemente quantificáveis, ela se torna modelar, sobressaindo-se com relação às outras. É aceitando que uma esfera desce por um plano inclinado e que sua velocidade é sempre proporcional à massa que se pode construir um relógio de mesa preciso apenas com mola, engrenagem e um pêndulo metálico. Se isso é discutível em última instância, se o método poderia se expandir a todas as áreas, se o paradigma cobre longuíssimas distâncias, como queria Einstein, ou mínimas dimensões, como queria Planck, não afeta a verossimilhança para medidas próximas de nosso dia a dia. Essa evidência afetou a *noosfera*, para empregar uma noção interessante a Morin, o conjunto abstrato de ideias circulantes no meio social. Mesmo um indivíduo de pouca instrução procede como um cientista natural: das regularidades do dia a dia, em particular, abstraem-se leis universais para as próximas experiências, que são discutidas entre grupos semelhantes e aprovadas ou descartadas.

Neste passo, destacamos a ocorrência de desvios, de aporias após a aplicação do aparato cognitivo, incluindo agora nosso tema. Se mesmo dentro da ciência natural há uma dúvida quanto a racionalidade das premissas, dos princípios, das evidências, dos métodos, das provas, das generalizações



ou do fundamento primeiro, imaginem a carga de equivocidade a respeito de fenômenos culturais. Fenômenos culturais são de outra natureza. Quando nos deparamos com eles, que são saídos de mãos humanas, evidenciamos certo embaralhamento entre o que venha a ser *por convenção* e o que venha a ser *por natureza*. Uma esfera descendo um plano inclinado segue a direção conforme a natureza, conforme a resultante das forças: gravidade, resistência do ar, atrito etc. Já a imagem de uma loira para anunciar um produto, uma,

duas, dez, milhares de vezes não transforma o caráter contingente dessa escolha em alguma lei natural sobre a beleza. Embora o imaginário da maioria assim o faça, levando a uma confusão indutora de erros e preconceitos, por isso mesmo adotada por estruturas de poder. Indaga-se: como este erro persiste, ainda mais no público instruído, que passa anos desenvolvendo o espírito crítico em escolas com fundamento iluminista? É o que se verá adiante, com a análise de casos.

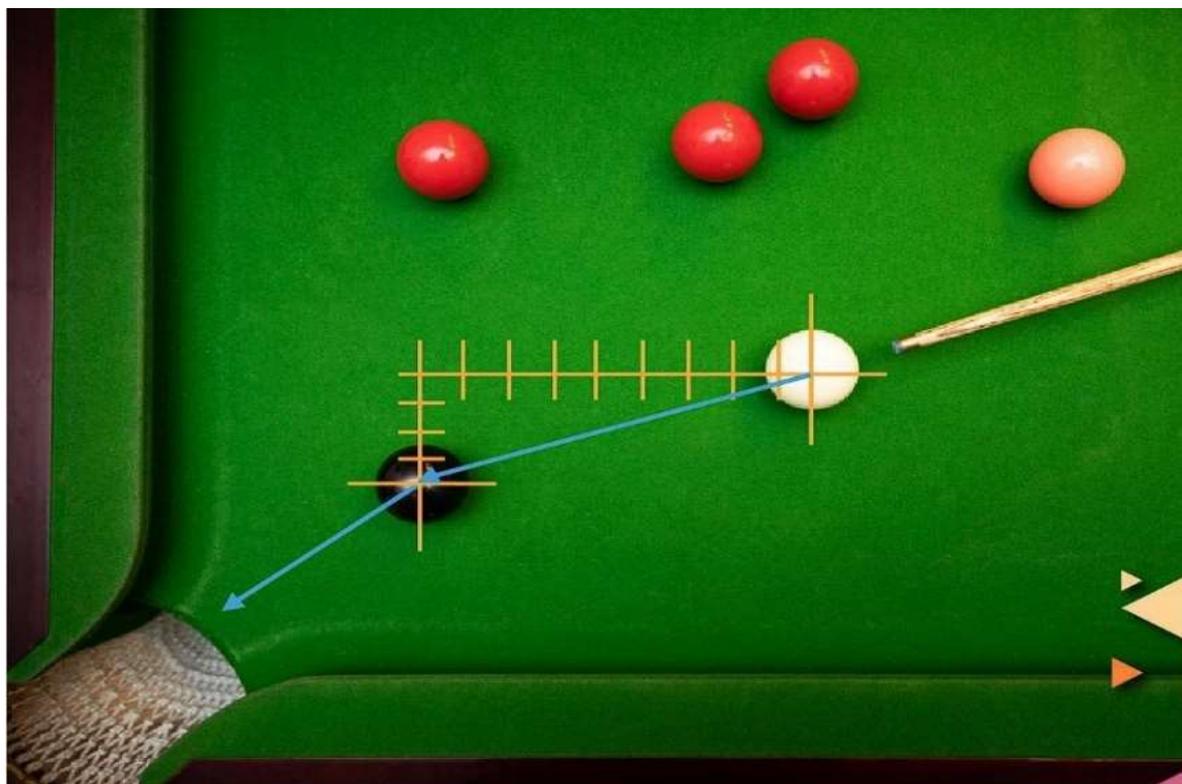


Figura 1

Jogo de Bilhar / Fonte: *site* Os fundamentos da física



Regularidades *versus* Casualidades

Poucos movimentos cotidianos são mais óbvios do que aqueles apresentados durante um jogo na mesa de bilhar. Mesmo praticantes sem nenhuma introdução às leis básicas de Newton compreendem e aplicam as leis do movimento e do choque. O jogo de bilhar é praticamente uma lição sobre vetores, ângulos, massa, aceleração, força e sentido. Por exemplo, é tácito que uma força aplicada no lobo esquerdo da esfera colorida produz um deslocamento na direção contrária. Já uma força aplicada no centro da esfera branca, traça linha reta e a velocidade é proporcional à força transmitida pelo taco de madeira através de esforço muscular. Outro exemplo, choque frontal entre esferas, a primeira perde movimento, a segunda segue na mesma direção do choque e assim por diante. Ora, a experiência permite abstrair leis e tornar o próximo evento, em boa medida, salvo discrepâncias a investigar, previsível: se aplico um choque frontal a segunda esfera *deve* seguir em linha reta. Essa previsão, que parte de eventos passados para se tornar uma previsão *normativa*, é o resultado esperado para esse tipo de jogo. Noutras palavras, em termos aristotélicos, a partir de

casos particulares, indução, deduzimos ou abstraímos *normas universais*, conclusão. Sempre que provoço um choque frontal entre duas esferas a tendência é que a segunda esfera siga em linha contínua ao traçado do taco responsável pela transmissão de força e isso é uma norma. Daí dizer do *efeito normativo* após reiteradas experiências com resultado semelhante: _ é assim que as coisas *devem ser*.

Poderíamos, então, estender nossa dedução para outro exemplo: a brincadeira com luzes na ponta dos dedos. Atualmente, várias festas infantis são entretidas por mágicos e um dos números consta de duas lâmpadas camufladas nas pontas dos dedos. Para evocar a naturalidade do evento, o mágico emparelha as mãos e apenas acende e apaga as luzes. De repente, parece tomado por uma força misteriosa, afasta as mãos com apenas uma lâmpada acesa e um empurrão também misterioso faz com que sua mão direita dê um pequeno salto bruscamente interrompido na direção da mão esquerda, que imediatamente acende a ponta enquanto a outra se apaga. A audiência jura que a luz saltou de uma mão para a outra. Isto é correto? Não, não é correto.



Figura 2

Lâmpadas Mágicas / Fonte: site Aliexpress

O erro consiste no fato de o fenômeno luminoso importar as normas com base na aplicação de forças em objetos mensuráveis. No caso da lâmpada, cada circuito é separado e independente do outro. O que houve foi o simples fechamento e abertura de um circuito e na sequência outro. A ideia de movimento está no repertório imagético da plateia, que já testemunhou eventos de transmissão de força, ou seja, já brincou na infância, jogou bilhar, bocha, bola de gude, bodoque, boliche, futebol, flecha ou assemelhado. Ela, assim, deposita, melhor dizendo, indexa, concebe tal informação baseada em eventos anteriores e armazenadas na memória, para prever o evento subsequente, no momento mesmo de perceber o apagar e acender das luzinhas. Noutras palavras, o mágico se vale do efeito normativo de experiências passadas e encontradas no repertório de uma pessoa

comum para produzir uma ilusão, uma discrepância, um ruído na percepção de evento cujas premissas são díspares com relação ao jogo de bilhar. No caso da lâmpada, não houve aplicação de força mecânica, a luz não tem massa para sofrer esse tipo de aceleração, o que houve foi a ilusão de movimento, ou seja, o efeito normativo com base em eventos similares ao jogo de bilhar contaminou um evento de natureza bem distinta.

O mesmo sucede com as lâmpadas natalinas, que nos dão a ilusão de movimento de um lado a outro do fio. A discrepância é tamanha que nem as leis de Newton são aplicáveis ao caso. Ao fenômeno eminentemente elétrico, são aplicáveis as leis de Ohm, uma relação entre resistência, diferença de potencial e corrente, em nenhum momento se menciona massa ou atrito. A brincadeira do



mágico reside bem nisto, na surpresa de uma força capaz de jogar a luz de um ponto a outro, o que é falacioso. A regularidade apresentada durante a aplicação de forças em objetos mensuráveis gerou ruído ao evocar a mesma lei, efeito normativo, para objetos sem dimensão. Nas lâmpadas com bateria, a energia química é transformada em corrente elétrica com perda por meio de luz e calor, mas faz as vezes de objeto mecânico. Num jargão mais popular, podemos alegar que o efeito normativo nos pregou uma peça, isto é, importou uma norma com base em premissas verdadeiras para outro cujas premissas são falsas. Como

no esquema: aplicação de força no objeto no sentido da direita para a esquerda, objeto se deslocou conforme o esperado. O que é falso, tal informação fora maculada com ruído, produziu uma experiência discrepante. Em termos de raciocínio, a experiência da mágica com a luz saltitante é uma falácia.

Se o efeito normativo induz a erro em experimentos cuja percepção se dá sobre objetos naturais, como se daria com objetos culturais, cujas normas epistemológicas são muito menos rigorosas em termos quantitativos, em termos de mensurabilidade? É o que segue.



Figura 3
Papai Noel Negro / Fonte: site Estadão



Em 2013, a âncora *Megyn Kelly*, da rede Fox News dos Estados Unidos, deu a seguinte declaração ao vivo: "A propósito, para todos vocês, crianças que estão nos assistindo em casa, Papai Noel é branco, mas esta pessoa está argumentando que talvez a gente devesse ter também um Papai Noel preto. Mas, você sabe, Papai Noel é o que ele é"⁴. Polêmicas e rancores de lado, passemos à análise do fenômeno à luz de nossa teoria esquematizada até aqui. Se uma pessoa é criada em determinada cultura onde há farto material imagético, a tendência é naturalizar o conjunto do conteúdo tal qual se apresenta, em função do poder que as imagens repetidas têm de produzir, em larga medida, a ilusão de familiaridade. Para ilustrar o que fora afirmado, basta recordar a histeria com que fãs abordam seus ídolos, muitas vezes sem nunca os ter visto de fato.

Aqui cabe um recorte sobre a produção ideológica, para tanto, lembremos o conceito dos frankfurtianos na produção de passividade social. O que Adorno denominou indústria cultural nada mais é do que a segmentação do público consumidor através do bombardeio imagético a fim de fomentar nichos e falsificar a consciência geral, promovendo a passividade da audiência. Com isso,

segundo a teoria crítica, a classe dominante alcança fazer do cidadão, agente da História, contentar-se em consumir um cardápio pronto de benfeitorias escolhidas de modo heterônomo. No qual o cardápio cultural é escolhido por agentes econômicos da superestrutura, para usar um termo de Marx. Deste modo, uma criança estadunidense, ou de qualquer lugar do Ocidente, é criada vendo o Papai Noel branco _ uma, duas, milhares, milhões de vezes ao longo da vida. A dedução, tal como no exemplo da mesa de bilhar, é a de que o Papai Noel é de fato branco, pois tal ideia é que fora confeccionada e divulgada para se tornar regra, para se tornar familiar, para se tornar norma social. E aqui o efeito normativo subsequente gera novamente a discrepância propalada pela âncora de jornal: *Papai Noel é branco*, e é assim que as coisas *devem ser*. Um episódio casual, contingente, a etnia de um personagem imaginário, já que não se trata de uma figura histórica nem mesmo da literatura com autoria, passa-se por fenômeno natural, cujas normas são necessárias. Segue o aparente esquema lógico: da indução para a dedução assim se dá _ A é B uma, duas, dezenas de vezes, logo A é B e assim será.

Mais sobre a função da ideologia. O que se percebe do fenômeno descrito é uma

⁴ PAPAÍ NOEL BRANCO OU PRETO? A maior polêmica do Natal dos EUA. *Estadão*, São Paulo, 19 dez. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/papai->

[noel-branco-ou-preto-a-maior-polemica-do-natal-dos-eua/](https://www.estadao.com.br/economia/papai-noel-branco-ou-preto-a-maior-polemica-do-natal-dos-eua/). Último acesso em: 03 abr. 2023.



possibilidade corriqueiramente empregada pelas estruturas de poder, a saber, a produção de pseudorregularidades através da enxurrada imagética despejada no ambiente social, na *noosfera*, no imaginário coletivo, em termos junguianos. A imagem já é um intermediário do significado. Desde Platão, basta lembrar O Mito da Caverna, há o alerta sobre os vários graus de afastamento e falseamento do objeto representado: o dispositivo (lentes, sensores, câmeras) a maquiagem, o jogo de luz, a manipulação pré-produção, pós-produção, a plataforma exibida, os pixels, os pigmentos etc. É justamente o afastamento do significado que desperta o interesse das estruturas de poder em empregá-las. Sabemos todos que o modelo econômico cindido em classes necessita subjugar

grupos e subgrupos para diminuir o valor da mão-de-obra e ampliar a mais valia. Há todo um interesse econômico no rebaixamento da reputação dos trabalhadores para que aceitem sem revolta sua condição inferiorizada. A produção de pseudorregularidades, que gera o efeito normativo após uma sequência monstruosa de imagens, diminui o valor da mão-de-obra geral, tornando-a vantajosa para a classe dominante no processo para reproduzir e acumular capital.

Durante a décadas de 50/60 nos EUA, a fim de afastar as mulheres dos melhores cargos gerenciais em expansão, as peças publicitárias divulgadas pela novíssima indústria de imagens é um escândalo de relativa violência. Como se vê aqui estampado.



Figura 4

Anúncio Calças Dracon EUA / Fonte: site Hypheness

Noutras palavras, o fluxo de imagens publicitárias proveniente da indústria cultural é o meio mais eficaz na produção ideológica. A ideologia, neste caso, refluí sobre o pensamento aristotélico já mencionado, em que várias deduções são abstraídas de premissas fantasmas, daí o caráter falacioso da estratégia. Neste caso, é possível bom resultado ideológico, onde o interesse do detentor de capital expõe massivamente seus próprios interesses e os faz aparecer _ no sentido fenomênico,

aparecer a sentidos alheios, expor aos olhos da massa __, como se fossem interesses universais. Um Papai Noel branco confirma o mito de que o valor social, a benevolência, a generosidade, a brandura, a caridade têm cor e gênero e é masculina e branca. Por isso mesmo falacioso, por isso mesmo ideológico. De uma mulher submissa é bem mais fácil extrair mais valia, bem mais fácil pagar menos por trabalho semelhante ao masculino. É bem mais fácil persuadi-la a encarar passivamente dupla jornada de



trabalho: uma sub-remunerada fora de casa,
outra não remunerada em domicílio.



Figura 5

Cantora Dolly Parton⁵ / Fonte: *site* Whiskeyriff

Passemos para um assunto bem mais ameno onde também flagramos o efeito normativo a produzir ruído na leitura das imagens. Lembremos o caso do concurso por semelhança promovido pela cantora rural dos EUA, Dolly Parton, 77, em que ela perdeu para vários corpos masculinos travestidos de Dolly Parton. Incidente que mais se parece com notícias falsas

compartilhadas ao redor do globo, o caso da notícia falsa de que Charles Chaplin havido perdido um concurso de sósia de seu próprio personagem, notícia não confirmada posteriormente. No entanto, no caso da cantora estadunidense, a hipótese absurda ocorreu realmente, pois a própria cantora confirmou o episódio durante a

⁵ Disponível em: <https://www.whiskeyriff.com/2022/04/07/dolly-parton-recalls-actually-losing-a-dolly-parton-look-alike-contest-i-got-the-least-applause-but-i-was-dying-laughing-inside/>. Último acesso 4 abr. 2023.



entrevista de 2013 para rede de televisão *ABC News*.

Com o paradigma apresentado, esclarecemos o fato em torno deste concurso. Provavelmente os juízes formaram no imaginário uma imagem da cantora a partir de outras imagens circulantes pela indústria do entretenimento, sem nem ao menos ter convivido ou encontrado, em circunstâncias normais, a cantora em carne e osso. Em termos semióticos, a familiaridade gerada no imaginário alheio parte de objetos significantes com vários graus de falseamento do significado. A informação concebida para significar o objeto Dolly Parton continha atribuições acidentais: luminosidade, presença, beleza, simpatia, grandiosidade etc. No entanto, o significado da imagem Dolly, o ente tridimensional, implica de fato uma mulher pequena. Uma mulher pequena que no dia da disputa concorreu com corpos masculinos travestidos para o evento, diga-se, que beiravam os dois metros de altura, o que obviamente condizia mais com os atributos imaginários da Dolly glamourizada mentalmente. Os juízes formaram a ideia de Dolly a partir de casos particulares, indução, deduziram a síntese e a norma de como deveria ser a Dolly perfeita, que não poderia ser uma mulher pequena dada sua grandeza artificial, seu brilho, dada sua presença, sua força persuasiva. A comparação entre uma idealização e seu significado gerou a discrepância mencionada: a Dolly real teria para os juízes menos brilho do que a Dolly imaginária. O efeito normativo, assim que a

Dolly deve ser, superou em atributos a Dolly real, assim que ela é, uma mulher pequena com menos de 1,60 m de estatura, ou seja, no concurso a imagem venceu o objeto.

O mesmo serve para analisar um caso que vem ganhando as conversas cotidianas: a decepção com os pratos servidos em restaurantes e lanchonetes, especialmente nas redes de *fast food*. De novo temos uma audiência massivamente bombardeada por imagens de determinado produto. Imagens técnicas não são meramente cliques ou apreensões intermediadas de um objeto real, significado. A fotografia, principalmente com intuito comercial, é uma produção integral, uma linha com vários produtores em trabalho contínuo até o resultado final. Muitas vezes, ao admirar um sanduíche, o espectador, de fato, está observando um objeto feito de madeira, plástico derretido, verniz, maquiagem feminina, gelo seco e iluminado por refletores potentes, ou seja, estamos diante de um cenário cinematográfico, não diante de uma cozinha. Fotógrafos de produto hoje mantêm estúdios completos, a foto em geral não é realizada numa cozinha. Além da primeira etapa, depois da fase mensurável, do objeto tridimensional, a imagem crua (formato raw) passa por toda uma linha de produção digital, mesas de computador com super processadores, um profissional colorista (escolha da paleta de cores em CMYK), um designer gráfico, outro finalizador até a reunião para começar o processo de impressão e arte final, isso para



a escolha das provas, em seguida a aprovação do cliente.



Figura 6

Lanche / Fonte: site Estádio

Curiosamente, clientes habituais de fast food repetem o mesmo ritual. Encaminham-se para uma lanchonete, olham para cima onde ficam estampadas imagens do produto ou espiam o cardápio disposto na mesa. Fazem o pedido, comem, encontram os amigos e reclamam que o sanduíche não estava lá grande coisa, porque esperavam mais *crocância*, mais firmeza, mais sabor, mais brilho, mais calor etc. Um cenário de frustração, de desilusão. Uma vez mais estamos diante da formação do imaginário a ponto de normatizar o que se passa no mundo real, através de significantes simulados, ou seja, de imagens

com vários graus de falseamento do significado, tal qual os juízes da cantora *Dolly Parton*. “Hum, esse sanduíche não se parece com o do cardápio...” Obviamente que não, se o espectador tem anseio pela realidade, deve formar normas de previsibilidade a partir de objetos reais, com experiência direta não intermediada.

A naturalização de relações intermediadas, quando se torna regra social, desemboca na *tecnologização* da ideologia, isto é, na denúncia de Debord sobre a *espetacularização* das relações. Segundo o francês, se aceitarmos a intermediação das relações eminentemente humanas, na qual o



significante ocupa o lugar do significado, estamos diante de uma sociedade inautêntica, de uma sociedade do espetáculo, de uma sociedade da futilidade. Há todo um desdobramento vicioso numa relação em que anseios íntimos são atendidos por objetos falsos, imagens. Mais ainda, se houver a aprovação de que a relação desses objetos pode e deve saltar à frente do significado, estamos diante da sociedade do simulacro, como bem defendia Baudrillard. Neste quadro, a autonomia humana se desloca para mundo do faz-de-conta, gerando uma infantilização, uma precarização do espírito e conseqüentemente no adoecimento, depressão e solidão humanos. O simulacro, ao ganhar alcance capilar em todas as esferas da vida, como no simples gesto de se alimentar, torna a relação com objetos reais e a relação entre humanos falsa, fetichizada, ou seja, há uma inversão entre sujeitos e objetos, uma perversão em termos psicanalíticos. Uma vez naturalizada a relação principal como sendo a relação por artifício, o artefato não para, tende a cada vez mais ocupar as relações para ostentar o acúmulo de capital: alimentos envenenados, o algodão substituído por fibras sintéticas, o plástico em detrimento de fibras naturais, o colorante, o espessante etc.

Não custa lembrar a denúncia levantada pela articulista do UOL, Bruna Alves⁶, a respeito de um estudo feito pela Universidade George Washington. Os

pesquisadores da universidade encontraram em alimentos das redes de *fast food*: hambúrgueres, batatas fritas, nuggets de frango, burritos de frango e pizza de queijo produtos químicos ligados ao trato do plástico, mais especificamente detectaram a presença do venenoso *ftalato*. Em praticamente todos os cursos do ensino médio, há um professor escandalizando a turma ao comparar a cadeia de carbono da margarina com a do plástico, obviamente isto é um exagero performático, já que uma molécula na composição pode alterar profundamente uma substância, no entanto, toda dona(o) de casa sabe que poucos fungos e insetos consideram a margarina um alimento, daí sua durabilidade ao ar livre. Se a sociedade naturalizar o artifício como possível de ocupar o lugar do objeto, teremos cada vez mais a substituição de elementos naturais por sintéticos, o que na alimentação é um desastre, para o sistema imunológico é um desastre, para a educação é um desastre, para os relacionamentos e psiquê humanos é um desastre.

Que fique bem claro: não há nada de vicioso em empregar qualquer elemento da comunicação para persuadir, para convencer, foi assim que nasceu a própria democracia. Na *ágora* grega, bom lembrar, todo discurso visava à audiência, tinha por intento mobilizar os afetos da audiência a fim de angariar consenso. Os jogos, as artes, os lazeres são essencialmente desvirtuantes, isto é, com base em ilusão: o drible no

⁶ Disponível em:
<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/11/06/estudo-encontra-produtos->

quimicos-nocivos-em-lanches-de-marcas-famosas.htm. Último acesso em: 06 abr de 2023.



futebol é um movimento para frustrar a expectativa natural do adversário, ele me espera na esquerda, meu corpo escapa pela direita, meu fingimento funcionou, minha *mentira* deu resultado. Em determinado momento e em certas culturas, inclusive, é provável que se imaginasse o céu de pedra. Ainda em dias atuais, segundo Mircea, os australianos acreditam que a abóbada celeste é de cristal de rocha e o trono do deus uraniano de quartzo. A regularidade da matéria dos meteoritos encontrados por lá induz a população local a deduzir que as pedras caem do teto do mundo. O folclore de todas as culturas é farto em exemplos desse jogo imaginário e isso não lhes furta a subjetividade, a autonomia, a força de autodeterminação. O problema se agrava é na produção ideológica e a a consequência disso obviamente é sinistra, assunto para outro trabalho.

Conclusão

Antes de tudo a ressalva quanto à metodologia, a incômoda questão neste estudo envolveu coadunar duas linhas de pensamento excludentes. Se empregamos a fenomenologia francesa para lidar com a percepção do mundo, teríamos de carregar no mesmo pacote a liberdade ontológica dessa mesma consciência, o que implicaria aceitar que ela é livre, ou seja, não determinada por nada “a priori”, nem mesmo por estímulos imagéticos. No mesmo estudo, ressaltamos o papel da indústria cultural como produtora de passividade na audiência, para a qual se

destina o fluxo de imagens. Restou, por isso mesmo, esclarecer como é possível gerar passividade num ser cuja consciência é ontologicamente livre, o que aparentemente é um paradoxo.

Não negamos a teoria de Frankfurt. A indústria cultural, com efeito, exige certa passividade para que um público seja forjado como consumidor categorizado: camada A, camada B, geração X, Z., baby boomers; por outro lado, nossa teoria admite a liberdade ontológica emprestada da fenomenologia francesa, o que implica dizer que sempre é e será possível resistir à uniformização massiva. As duas se chocam inevitavelmente, portanto foi preciso prestar contas se pretendêssemos o mínimo de coerência. Em suma, se acatamos a crítica determinista contra a ideia de liberdade visceral, a força da indústria cultural em fomentar consumo e alienação nos pareceria inexorável, tal como Sartre destacou na forma de ataque:

“Longe de podermos modificar nossa situação ao nosso bel-prazer, parece que não podemos modificar-nos a nós mesmos. Não sou livre nem para escapar ao destino de minha classe, minha nação, minha família, nem sequer para construir meu poderio ou minha riqueza, nem para dominar meus apetites mais insignificantes ou meus hábitos. Nasço proletário, francês, sífilítico hereditário ou tuberculoso. A história de uma vida, qualquer que seja, é a história de um fracasso. O coeficiente de adversidade das coisas é de tal ordem que anos de paciência são necessários para obter o mais ínfimo resultado. E ainda é preciso obedecer à natureza para comandá-la, ou



seja, inserir minha ação nas malhas do determinismo, bem mais do que parece fazer-se, o homem parece ser feito pelo clima e a terra, a raça e a classe, a língua, a história da coletividade da qual participa, a hereditariedade, as circunstâncias individuais de sua infância, os hábitos adquiridos, os grandes e pequenos acontecimentos de sua vida”. (SARTRE, 1997, p.593)

Restou, por isso mesmo, esclarecer o oxímoro _ liberdade-passividade, como neste caso seria possível gerar passividade num ser cuja consciência é ontologicamente livre:

Por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer. O existencialista não crê na força da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos atos e que, por conseguinte, tal paixão é uma desculpa. Pensa, sim, que o homem é responsável por essa paixão. O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver. Pensa, portanto, que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio,

está condenado a cada instante a inventar o homem. (SARTRE, 1978, p.10)

Nossa saída foi denunciar a própria estrutura cognitiva aplicada na busca pelo conhecimento como reprodutora de erro, de fantasmagoria, de fratura, de fetiche. Por isso mesmo nos forçou a colocar entre parênteses a análise de Adorno sobre a indústria cultural. O ponto defendido alerta, embora a classe dominante alcance gerar uma uniformidade simbólica nas sociedades de consumo, caso aceitássemos a ligação entre o conteúdo despejado pelos aparelhos ideológicos e seu público fosse de causa e efeito, ou mesmo dialético, não conseguiríamos analisar a existência e força dos grupos sociais dissidentes, que são plurais e pouco uniformes, basta lembrar o sem número de movimentos dissidentes do modelo econômico. São movimentos de contra corrente: *slow food*, *Greenpeace*, MST, MTST, partidos verdes, lgbts, música *indie*, *black lives matter*, *Occupy*, *Sea Shepherd*, alimentos orgânicos, minimalismo, neo *hippies*, naturismo, libertação da Palestina, zapatistas, vida no campo, sobrevivência elementar, direto do produtor etc. Se a passividade social é a regra, a exceção tem crescido de modo notável, o que só é possível dentro da margem de autonomia e produção da própria subjetividade. De modo sumário, a consequência do exposto é que o homem vai continuar sua busca por conhecer seus arredores, vai em busca das regularidades desse mundo, vai empenhar seu aparato visual e expandi-lo por meio da tecnologia, vai elaborar paradigmas e tudo



isso graças ao manancial remanescente de liberdade ontológica, mesmo sabendo da força econômica em produzir estratos sociais a partir do consumo. O segredo, então, para decifrar o enigmático paradoxo, está no aparato cognitivo analisado ao longo do texto. Defendemos que a própria estrutura cognitiva não perde seu poder de iniciativa, mas pode ter já no ponto de partida o erro, cujo resultado é uma sociedade, em termos pós-modernos, *esquizo*, quebrada, em anomalia, espetacularizada.

Durante nosso percurso, destacamos a curiosidade natural para as coisas de um mundo inicialmente assustador, exemplo do bebê ao perceber uma cadeira. Destacamos a importância do recorte em que os fenômenos apreendidos são percebidos de modo reiterado, por se apresentarem aos sentidos com certa frequência, exemplo da criança ao deixar um objeto soltar-se das mãos. Dentre os fenômenos frequentes, mostramos ser possível retê-los no campo mnemônico e empregar gestos abstratos, _ concepção de informação indexada ao objeto percebido, _ isso para prever eventos semelhantes no futuro, manobra que denominamos propriamente _ conhecer intuitivamente o mundo_, exemplo da criança ao adivinhar o traçado descendente do objeto após perder a pegada. Para a mesma criança, caso nesta etapa fosse possível ir além da intuição, com método, repertório, linguagem, debate entre iguais, mensuração de fenômenos e repetição dos resultados, alegamos estar diante de um conhecimento científico, etapa adulta entre

aqueles que buscam o conhecimento último.

A ressalva em termos de saber acumulado se dá precisamente nos casos das regularidades forjadas por objetos culturais. As imagens, como ficou claro no texto, são objetos evocativos por artifício, ou seja, são objetos que requisitam informações do imaginário de quem as percebe a fim de ganhar sentido. Por isso mesmo, expomos, como alerta, que as imagens não são eventos naturais, as regularidades são de ordem mítica, são narrativas fictícias onde há uma defasagem informacional enorme entre signo e significado. A fim de ilustração, apontamos o caso da cantora *Dolly Parton*. Por isso mesmo afirmamos que elas são os meios preferidos para a produção ideológica. Foi bem este o caso do Papai Noel branco. Sua imagem divulgada uma, duas, dez, milhões de vezes para um público o levou a crer na falácia _ *Papai Noel é branco e assim é que deve ser*. Daí nossa atenção voltada para essa etapa do processo, no momento deste efeito normativo. Destacamos por isso mesmo que é na passagem da apreensão particular de objetos culturais, onde há o efeito normativo já abstraído, que o equívoco se infiltra muitas vezes na produção ideológica.

Na produção ideológica, onde o interesse de uma classe se impõe como universal, em que o mercado é o grande intermediário ou regulador social, há toda uma gama de efeitos colaterais geradora de cisão entre valores para a interação de humanos com humanos. Esta última se vê



contaminada por valores da relação de humanos com objetos, cuja essência é a relação de posse, de senhor-escravo, de dono, de domínio, de uso. Neste caso mais grave, o artifício, o significante, ao substituir o significado *espetaculariza* ou força a ascensão do simulacro como regra social. O panorama subsequente é preocupante: a sensualidade é transferida para a pornografia via pixel, em que a mulher perde a subjetividade para servir ao senhor fálico; o amor transfere-se para as conquistas referentes ao poder aquisitivo (paixão pela motocicleta, pelo automóvel); a amizade por contatos de carreira; o testemunhar pelo registro fotográfico; a aventura pela aquisição de um patinete de marca, de bicicleta adesivada, de jogos virtuais, por fotos de viagens, etc. Basta uma passada de olho por gôndolas do varejo atual para notar a diferença com os velhos armazéns de secos e molhados, onde o artifício tem ganhado terreno: o corante no lugar da fruta, o suplemento pela horta, o plástico pela fibra e mais. No aspecto humano, a alegria substituída pela euforia, a felicidade pela estabilização bioquímica do

humor, a beleza física pelo procedimento ambulatorial, o encontro por curtidas na rede social, nuances harmônicas pelo jingle simplório, pelo funk de duas notas, pelo rock de uma batida, o argumento pela violência armada, a festa pelo *selfie*, o esforço pela injeção de esteroide, o andar pela coreografia copiada e isso não termina. Em termos ambientais, o condomínio no lugar da floresta, o *plantation* no lugar da paisagem, o animal domesticado no lugar da fera *in loco*, o pássaro na gaiola no lugar de bichos de pomar, o zoológico no lugar da savana. E o desastre segue se agravando a um estuário distópico.

O que fora demonstrado, grosso modo, foi a forma como falsas regularidades podem se passar por regularidades naturais a ponto de se infiltrarem em nosso aparato cognitivo. Infiltrarem-se a ponto de a normatização de fenômenos ser inteiramente falseada: Papai Noel branco como regra necessária, *Dolly Parton drag* no lugar da cantora real, elementos plastificados como ingredientes alimentares e assim sucessivamente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Notas de Literatura I**. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. **Teoria da Cultura de Massa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

ARISTÓTELES. **Ethica Nicomachea**. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2008.

_____. **Retórica**. 5ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.

_____. **Organon**. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.

ARON, Raymond. **A Era da Tecnologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1965.

_____. **Os Pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BAITELLO, Norval. **A Serpente, a Maçã e o Holograma**: esboços para uma teoria da mídia. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **O Animal que Parou os Relógios**: ensaio sobre comunicação cultura e mídia. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **O Paroxismo Indiferente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

_____. **Simulacros e Simulações**. 1ª ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

_____. **Panegírico**. 5ª ed. São Paulo: Conrad, 2002.

ELIADE, Mircea. **Herreros e Alquimistas**. 2ª ed. Madrid: Alianza, 1983.

FLUSSER, Vilém. **A Escrita**: “há futuro para a escrita?” . 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Filosofia da Caixa Preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **O Universo das Imagens Técnicas**: elogio da superficialidade. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2009.

KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.



- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Fenomenologia da Percepção**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar. **As Estrelas de Cinema**. 5ª ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1980.
- _____. **Cultura de Massas no século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- _____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 2ªed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- _____. **O Método 4**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **A Linguagem e o Pensamento da Criança**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- _____. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POPPER, Karl. **Textos Escolhidos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. **Esboço Para Uma Teoria das Emoções**. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- _____. **O Imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **O Que é a Literatura?** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. **Situações I**. 3ª ed. São Paulo: CosacNaify, 2005.

IMAGENS

Figura 1_ Jogo de Bilhar / Fonte: site Os fundamentos da física.....	39
Figura 2_ Lâmpadas Mágicas / Fonte: site Aliexpress	41
Figura 3 _ Papai Noel Negro / Fonte: site Estadão.....	42
Figura 4_ Anúncio Calças Dracon EUA / Fonte: site Hypeness	44
Figura 5_ Cantora Dolly Parton / Fonte: site Whiskeyriff.....	45
Figura 6_ Lanche / Fonte: site Estadão	47

LUMEN ET VIRTUS

REVISTA INTERDISCIPLINAR

DE CULTURA E IMAGEM

VOL. XIV N° 35 JANEIRO-JULHO/2023

ISSN 2177-2789



ⁱ Doutor em Comunicação e Semiótica, PUC/-SP, Bacharel em Filosofia e Jornalismo.